

Mudanças Climáticas no Centro das Questões Humanitárias: da comunicação de riscos às propostas de *media interventions*¹

Cilene Victor²

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

Resumo

Os impactos das mudanças climáticas, como os deslocamentos em massa decorrentes de desastres, passaram a fazer parte da agenda humanitária. A realização da Cúpula Mundial Humanitária, em maio, na Turquia, inaugurou uma nova abordagem para a problemática das mudanças do clima ao considerá-la uma das causas do grande fluxo de refugiados. Diante de uma população de mais de 65 milhões de refugiados, a ONU passou a apoiar e a demandar iniciativas de comunicação capazes de enfrentar e reverter esse cenário. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir a viabilidade e as potencialidades de *media interventions* no campo da Redução de Riscos de Desastres. Para alcançar esse objetivo, é necessário recorrer ao conceito de *media interventions*, relativamente novo e associado a cenários de conflitos, e analisar as proposições de comunicação e de jornalismo apresentadas na Cúpula.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Comunicação de riscos; *Media interventions*. RRD. Jornalismo científico

Humanidade e compreensão

A realização da primeira Cúpula Mundial Humanitária (*World Humanitarian Summit*), em Istambul, Turquia, em maio de 2016, imprimiu duas importantes mensagens. Na primeira, ficou explícita a ideia de que a própria Cúpula simbolizava um passo importante para o enfrentamento da maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial.

A segunda mensagem, por sua vez, manteve nas entrelinhas a percepção de que o encontro de Istambul, com a presença de importantes líderes políticos, era decorrência direta da fragilidade ou do fracasso dos modelos teóricos e das práticas adotadas por todos os setores sociais direta ou indiretamente relacionados com questões humanitárias.

É como se aqueles de dentro dos gabinetes políticos e científicos, da academia e das redações jornalísticas não tivessem se dado conta do tamanho da crise humanitária em formação, latente e deflagrada pelo acentuado fluxo migratório de pessoas em busca de sobrevivência frente aos conflitos armados e aos desastres naturais.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, XVI Encontro dos Grupos e Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Saúde Pública pela FSP/USP. Professora de Jornalismo e Relações Públicas na Faculdade Cásper Líbero, onde coordenadora o Centro Interdisciplinar de Pesquisa - CIP. E-mail: cilenevictor@casperlibero.edu.br

Para entendermos esse abismo entre a dinâmica dos gabinetes e a realidade, assim como os possíveis caminhos para reduzi-lo, recorreremos às impressões do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e do filósofo e sociólogo Edgar Morin. Para o primeiro, à medida que a crise humanitária crescia vertiginosamente a vontade política para o seu enfrentamento parecia recuar, percepção que o levou a convocar a Cúpula Humanitária quatro anos antes de sua realização (Ki-moon, 2016).

Não muito diferente de Ban Ki-moon, Morin reconhece que por muito tempo o mundo parece não ter se dado conta da urgência de uma política para a humanidade em escala planetária, capaz de se somar a uma política de civilização. Para o autor, não podemos mais atenuar os problemas e, tampouco, retardar a busca de suas soluções. E é neste caos que devemos encontrar um ponto de partida, um recomeço para a promoção de duas políticas que se conversam, a da civilização e a da humanidade (Morin, 2011).

Para Morin, a missão da política para a humanidade é solidarizar o mundo, visando reduzir as iniquidades sociais em todos os aspectos da existência humana e preservar o bens planetários. A política de civilização, por sua vez, seria a responsável por gerenciar os problemas vitais da Terra, almejando a criação de uma sociedade-mundo com a função de reformar o espírito e o pensamento. Como resultado maior, teríamos o desenvolvimento da compreensão e da solidariedade humana (Morin, 2011).

Neste artigo, cujo objetivo principal é discutir a viabilidade e as potencialidades da mídia para intervir positivamente em uma realidade, o que tem sido denominado de *media interventions*, atribuímos à atividade jornalística, especificamente ao jornalismo científico e ambiental, a complexa missão de promover o desenvolvimento da compreensão e da solidariedade humana. Essa missão será possível quando os impactos das mudanças climáticas forem reconhecidos como um problema humanitário.

Antes de avançarmos no objeto central do artigo, é necessário compreender as raízes e os impactos da crise humanitária.

A crise humanitária do século 21

Atualmente, 125 milhões de pessoas, devastadas por conflitos armados, terrorismo, guerras civis e por desastres naturais, demandam algum tipo de assistência humanitária. Para atender a essa demanda, são necessários 25 bilhões de dólares, montante doze vezes maior do que o registrado 15 anos atrás (United Nations, 2016).

O aumento do número desses conflitos violentos e dos desastres de grandes proporções provocou uma lacuna no financiamento das ações humanitárias de cerca de 15 bilhões de dólares. Segundo Ki-moon, embora seja uma grande quantia, ela não está fora do alcance de um mundo que produz um PIB anual de 78 trilhões de dólares. “Closing the humanitarian financing gap would mean no one having to die or live without dignity for the lack of money. It would be a victory for humanity at a time when it is much needed” (United Nations, 2016, p. V).

Combater as duas principais causas da crise humanitária - as grandes guerras civis e os desastres -, por sua vez, configura-se um desafio ainda maior do que a lacuna financeira.

Começamos pelas guerras civis, responsáveis pelo grande número de pessoas em busca de ajuda humanitária. Embora tenham sofrido um declínio no final de 1990 e início de 2000, esses conflitos praticamente triplicaram de 2007 para 2014, passando de quatro para onze países em guerra civil: Iraque, Afeganistão, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Somália, Sudão do Sul, Síria, Líbia, Ucrânia, Paquistão e Nigéria (Einsiedel *et al.*, 2014).

Segundo Einsiedel *et al.*, os conflitos estão se tornando mais difíceis de serem solucionados e menos propícios a acordos políticos tradicionais devido a três grandes razões: o crime organizado, que ao emergir torna os Estados mais frágeis, principalmente no contexto do pós-conflito; a internacionalização das guerras civis, que as torna mais mortais e mais longas; e a crescente presença de grupos extremistas violentos, como o Estado Islâmico, nas áreas de missão da ONU, comprometendo os processos de pacificação (2014).

Em um dos documentos-chave da primeira Cúpula Mundial Humanitária, o Secretário-Geral da ONU comparou a urgência da realização da Cúpula à do encontro do Palácio de St. James, em 1941, evento realizado durante a Segunda Guerra Mundial e que precedeu a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945. (United Nations, 2016).

Para Ki-moon, embora o cenário seja outro, a Cúpula resgata os compromissos firmados em 1941. *Seventy-five years after St James’s Palace, the World Humanitarian Summit presents an opportunity to affirm and renew our commitment to humanity and to the unity and cooperation needed to confront the challenges of our time effectively*” (United Nations, p.3).

Renovar o compromisso com a humanidade, no século 21, significa buscar caminhos para gerenciar as consequências dos conflitos violentos e dos desastres. Entre as

consequências mais preocupantes está o deslocamento em massa de pessoas dentro ou fora de seus países e por períodos cada vez mais longos. Em 2015, o número de deslocados internos, refugiados e requerentes de asilo foi de mais de 65 milhões.

Embora as guerras civis sejam a principal causa da crise humanitária, tanto pelo número de atingidos, quanto por sua complexidade, singularidade e enfrentamento, os impactos das mudanças climáticas, especificamente os desastres, configuram-se na atualidade como a segunda razão do acentuado fluxo migratório.

Milhões de pessoas têm sido deslocadas por causa dos desastres naturais, número que aumentou em 60% de 1970 a 2014. Desde 2008, a cada ano, uma média de 26 milhões de pessoas foram deslocadas de suas casas por causa de desastres. Em 2014, foram 19 milhões de deslocados em 100 países, a maioria na Ásia, continente que naquele ano respondeu por 87% dos deslocamentos por desastres (Yonetani, 2015).

Em 2014, o deslocamento de 17,5 milhões de pessoas foi provocado por desastres relacionados ao clima e 1,7 milhão associados a fenômenos geofísicos. “As alterações climáticas, somadas à exposição crescente das pessoas e à sua vulnerabilidade, tendem a ampliar ainda mais esse cenário, uma vez que os extremos climáticos se tornarão mais frequentes e intensos nas próximas décadas” (Yonetani, 2015, p. 8, tradução livre).

Diante das estatísticas e dos desafios para lidar com o fluxo acentuado de refugiados, seja resultado direto dos conflitos armados ou das mudanças climática, as impressões de Ban Ki-moon e Edgar Morin voltam a se encontrar. Ki-moon observa a insuficiência e a fragilidade das respostas internacionais para reduzir o sofrimento das pessoas em condição de refúgio:

There is considerable frustration with the international aid architecture. It is seen as outdated and resistant to change, fragmented and uncommitted to working collaboratively, and too dominated by the interests and funding of a few countries. There is frustration about inequity in the aid system, with so many people suffering in crises that receive little aid or attention, and frustration on the part of neighbouring communities or countries that open their homes or borders with little support. There is wide frustration that the responsibility to respond politically and financially to human suffering is not shared by all.

A crítica de Ki-moon à arquitetura da ajuda internacional, resistente à mudança, fragmentada e descomprometida com a forma colaborativa de trabalhar, remete ao cenário

apontado por Morin, o do recomeço pela metaformose. Quando o sistema se torna incapaz de equacionar os seus problemas vitais, só há dois caminhos, ou ele se desintegra ou se metamorfoseia (2011).

Morin reconhece a fragilidade da ciência e sua incapacidade para contextualizar e religar o que está separado. Uma ciência impossibilitada de compreender os fenômenos globais e planetários, de reconhecer a interdependência espacial e temporal dos problemas porque a investigação científica dos problemas se dá de maneira isolada uns dos outros pela lógica das disciplinas (2011).

E a metamorfose seria o recomeço para o enfrentamento da maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. “Jamais existiu uma causa tão grande, tão nobre e tão necessária como a causa da humanidade para que se possa, simultânea e inseparadamente, sobreviver, viver e se humanizar” (Morin, 2011, p.153).

Se para Morin parece urgente uma ciência que seja capaz de interligar os fatos e contribuir para a compreensão da crise humanitária na sua totalidade, condição primária para o seu enfrentamento, consideramos igualmente preciso o desenvolvimento de um jornalismo, seja científico ou ambiental, que alcance essas interligações e contribua para a formação de uma sociedade-mundo.

O papel social do jornalismo no desenvolvimento da compreensão e da solidariedade humana, caminhos para a construção da sociedade-mundo de Morin, tem início no momento em que nós jornalistas nos apropriamos das narrativas dos protocolos internacionais que trazem alguns caminhos para o enfrentamento da crise humanitária.

Das narrativas dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas

A primeira Cúpula Mundial Humanitária recorreu a três importantes documentos que, embora não abordem de maneira direta a crise humanitária, contribuem para o entendimento de suas causas e consequências e para o seu enfrentamento.

Os três documentos, todos adotados em 2015 pelos Estados-membros da ONU, são o Marco de Ação de Sendai, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris. Esses protocolos tratam, respectivamente, da redução de riscos de desastres, dos 17 objetivos para alcançar o

desenvolvimento sustentável efetivo e, por último, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

O Marco de Ação de Sendai, uma agenda internacional com uma série de diretrizes que visam preparar os países para o enfrentamento dos desastres, cada vez mais intensos e frequentes, foi adotado pelos Estados-membros da ONU, para o período de 2015 a 2030, em substituição ao Marco de Ação de Hyogo, expirado em 2015 (United Nations, 2015a)

O documento Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotado por unanimidade pelos Países-membros da ONU e abrange o mesmo período, 2015-2030. A Agenda 2030, como o documento passou a ser chamado, ampara-se em 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e em 169 metas e substitui os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, estruturado em oito objetivos. A Agenda 2030, reconhecida como um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, atrela o desenvolvimento sustentável ao fortalecimento da paz universal e à erradicação da pobreza extrema (United Nations, 2015b).

O Acordo de Paris, apresentado em dezembro de 2015 durante a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, é considerado um documento histórico no combate, na mitigação e na adaptação às mudanças do clima. Depois de várias tentativas fracassadas nas COPs anteriores, Paris conseguiu alcançar um acordo que limita o aumento da temperatura média do planeta, fixa o teto de emissões de gases do efeito estufa e estabelece um sistema de financiamento para uma melhor adaptação dos países menos desenvolvidos aos impactos da variações climáticas (United Nations, 2015c).

Esses três documentos, como já citado anteriormente, não tratam de maneira direta a crise humanitária e o seu enfrentamento, mas são considerados um importante norte para os formuladores de políticas públicas, acadêmicos, cientistas, para o setor privado, a imprensa e outras instituições atuantes ou interessadas no tema. Ao discutirem as fragilidades do atual modelo de desenvolvimento econômico e social, os impactos das mudanças climáticas e elencarem possíveis soluções para esses problemas, tanto na esfera local, quanto global, os três protocolos internacionais balizam o caminho que o mundo deve seguir para lidar com a maior crise humanitária do século 21.

Como o objetivo principal deste artigo é discutir as potencialidades das intervenções da mídia, no escopo do conceito de *media interventions*, contribuindo para o enfrentamento da crise humanitária e da redução do sofrimento humano, torna-se necessário realizar uma

breve análise do modelo de narrativa desses protocolos que, em suas páginas, sugerem caminhos para a atuação da imprensa e dos meios de comunicação como um todo.

Devemos salientar que dos quatro modelos de comunicação de riscos de desastres (CRD), concebidos por esta autora, CRD Intrainstitucional, interinstitucional, comunitário e midiático (VICTOR, 2014), a transição entre as ações de comunicação de riscos e as de *media interventions* são amparadas no modelo de CRD midiático.

Aqui, a via parece de mão dupla, pois não só a imprensa mundial tem recorrido a esses protocolos internacionais como um importante ponto de partida para as suas narrativas, como os próprios documentos têm convidado a imprensa para fazer parte de uma força-tarefa mundial para mudar a realidade sobre a qual tentam legislar - o princípio de *media interventions*.

Desta forma, a análise do perfil da narrativa do Marco de Sendai, da Agenda 2030 e do Acordo de Paris levou em consideração apenas os aspectos comunicacionais neles presentes, ou seja, as instruções para a atuação dos profissionais da área de comunicação e dos meios de comunicação de massa, responsáveis pela disseminação de informações orientadoras e técnicas. Os documentos também imprimem as diretrizes e as funções delegadas aos poderes políticos para instruir, orientar, informar e comunicar a sociedade.

O papel da comunicação, lembrado nestes protocolos, é o de aproximar as pessoas, a opinião pública e a sociedade do conhecimento dos fatos, como os riscos de desastres, as mudanças climáticas e os desafios do desenvolvimento da humanidade. Essa responsabilidade ou atribuição culmina com a participação do jornalismo na construção da esfera pública (Habermas, 2003).

Num primeiro momento, pode-se estudar nesses protocolos a projeção sobre a relação entre o tempo da narrativa da história, inscrita nos documentos, e o do discurso e suas virtualidades na interpretação, isto é, nos elementos do discurso que entram em correlação com outros elementos nos relatórios (Ricoeur, 2010). Significa dizer que existe uma narrativa que começa a ser construída desde a concepção dos protocolos, contemplando, também, as razões para a sua existência.

Esses atributos, por sua vez, dão outros sentidos à significação dos relatórios e, para fazer um sentido, insere-se nos documentos um sistema superior, destinador do discurso, construtor de obras similares e existentes que, em sua gênese, integram-se ao

novo protocolo. Depois, a história dos documentos como discurso que, em certa medida, evoca uma outra realidade e de outros acontecimentos (Todorov, 2013).

A distinção entre a trajetória dos protocolos internacionais, dos motivos que levaram à sua criação, construção e aperfeiçoamento, e os discursos neles impressos também podem ser definidos pela ordem sucessiva das ações e dos acontecimentos. Esta combinação, segundo Todorov (2013), faz emergir uma nova correlação distinta na distribuição desses acontecimentos que modificam sentidos e a significação de determinado evento. A alteração da ordem estrutural dos acontecimentos na narrativa dos relatórios, marcada pelo contrato comunicativo, provoca imagens, acontecimentos, ações e comportamentos que obedecem aos mesmos parâmetros constitutivos do corpo dos protocolos.

O jornalismo científico ou ambiental que atuará no campo das questões humanitárias e servirá de base para as ações de *media interventions*, objeto das discussões da sessão especial *Protecting Journalists and Promoting Independent Reporting in Crisis Situations*, da Cúpula Mundial Humanitária, dedicada ao papel da mídia, deve-se salientar, não mais terá acesso aos acontecimentos, apenas, como também aos acontecimentos presentificados, narrados nos protocolos por diferentes atores, como diplomatas, formuladores de políticas públicas, educadores, acadêmicos e cientistas.

Em Todorov, entendemos que essa modificação no suporte narrativo e, conseqüentemente sua nova significação, surge de três situações: da mobilidade no encadeamento, na justaposição de diferentes histórias, como a inserção de características e cenários do Marco de Ação de Hyogo dentro do seu substituto, o Marco de Sendai; da alternância, ou seja, a simultaneidade dos acontecimentos, como os eventos preocupantes, como os impactos dos desastres; e no encaixamento, a inclusão de uma história no interior de outra, neste caso, a inserção da redução das emissões globais de gases de efeito estufa no Acordo de Paris, configurando duas relações sintáticas fundamentais, a coordenação e a subordinação.

Além dos sentidos internos imanentes ao discurso e ao tempo da narrativa, existe o tempo da enunciação do documento e o tempo da percepção de conjunto que o jornalista terá após a sua leitura. Estes aspectos da narrativa, ou a maneira pela qual a história é percebida pelo narrador, refletem a relação do aspecto subjetivo e o objetivo no discurso, entre o narratário e o narrador. Deste modo, o narrador sabe mais sobre os fatos

marcados no texto que o narratário, de maneira que demonstra uma superioridade em relação ao narratário por meio do conhecimento (Todorov, 2013).

Esta relação entre o narrador e o narratário dos protocolos internacionais, que podem auxiliar no enfrentamento da crise humanitária, configura-se um desafio para o jornalista, uma vez que os modos da narrativa, o tipo de discurso que o narrador utiliza para que tomemos conhecimento da história, estão na representação (discurso) e na narração (história).

Os textos dos documentos protocolares são uma narração, porque o autor ou autores são testemunhas que relatam acontecimentos, nestes casos, especialistas, diplomatas, técnicos, cientistas, intelectuais, educadores e formuladores de políticas internacionais. Estes enunciados se relacionam com o sujeito do enunciado, permanecendo um texto objetivo, um discurso constativo, porque não revela em nenhum momento qualquer informação a respeito do autor da enunciação. Este estilo panorâmico indica a imagem do narrador que faz a composição, a distribuição dos assuntos concatenados em subordinação de outros cuja exposição de cada parte do discurso transporta uma apreciação de impressão norteadora, uma nuclear ao texto e outra com a lógica de que leitores devem refletir e seguir pelo documento (Todorov, 2013).

Mesmo que a imagem do leitor não tenha uma relação com a pessoa concreta, do mesmo modo que a imagem do narrador não é a do autor real dos discursos nos textos, é possível, desde a primeira linha dos documentos, conceber uma imagem do leitor a partir da imagem do narrador, porque os dois estão em estreita dependência a partir do momento que, aos poucos, vai surgindo a imagem do narrador, também se sobressai com maior evidência a imagem do leitor imaginário.

Apesar de clareza das imagens de narrador e narratário, o objetivo dos documentos está na transmissão do texto invariante e não no perfil do leitor invariável (Greimas, 2013).

Deste modo, os acontecimentos centrais estão na comunicação e na situação da narrativa. Na comunicação há um concessor da narrativa do mesmo modo que existe um destinatário que descreve o código por meio do qual narrador e narratário são significados no contexto da narrativa. Isso ocorre toda vez que o narrador relaciona fatos ignorados pelo narratário. E essa escassez no narratário produz um signo de leitura, os signos da narração registrados no documentos protocolares como os problemas gerados pelas mudanças

climáticas, as incidências de desastres e a iniquidade na distribuição de alimentos no mundo (Barthes, 2013).

Durante a sessão especial *Protecting Journalists and Promoting Independent Reporting in Crisis Situations*, na qual esta autora esteve presente, jornalistas, documentaristas, diplomatas, cientistas e outros atores sociais discutiram a urgência de narrativas, sejam dos conflitos armados ou dos desastres associados às mudanças do clima, que consigam ir muito além da exploração do sofrimento humano. Essas narrativas precisam provocar mudanças, para tanto, elas deveriam ser construídas com esse grande propósito.

Diante desta urgência, a ONU tem aberto em suas conferências mundiais espaços de troca entre profissionais de mídia e outros setores da sociedade, visando encontrar modelos de atuação da mídia que possam mobilizar o mundo em busca de respostas para a atual crise humanitária.

Os debates na sessão especial reconheceram ainda a importância de a imprensa disseminar e popularizar as propostas e diretrizes dos protocolos internacionais, mas o maior desafio é narrar os fatos narrados nesses documentos. As histórias neles narradas se confundem com a própria história dos protocolos e das razões que levaram à sua criação.

Depois de percorrer as narrativas dos protocolos, de mediar e popularizar a busca de soluções para a crise humanitária, o jornalismo que tem sido vislumbrado deve experimentar novos modelos de narrativas, ou melhor, resgatar aqueles que foram abandonados durante o auge do jornalismo do lide, da atividade mecanizada e produzida nos moldes das rotinas industriais de produção (Medina, 2003).

As narrativas da crise humanitária, sejam fundamentadas no jornalismo humanizado, proposto por Medina, no jornalismo interpretativo, de Beltrão, ou no diversional de Melo, especialmente as histórias de interesse humano, devem atentar-se para a urgência de um jornalismo que consiga ir além da disseminação de informações.

Embora seja um conceito ainda em desenvolvimento, o *media interventions*, principalmente no contexto de guerras, conflitos violentos e desastres, sugere a exploração das potencialidades da imprensa e da mídia em geral para promover mudanças nos cenários urgentes (Howley, 2013).

A ONU, por meio de suas agências, têm experimentado algumas ações e modelos de intervenção de mídia para reverter o uso dos meios de comunicação nos cenários de violência, como o que ocorreu em Ruanda, onde o rádio fomentou e incitou o terror que

culminou com o segundo maior genocídio do século 20. Para Howley, recorrer ao poder da mídia para ações táticas e estratégicas já é possível em diversos contextos culturais, políticos e sociais (2013).

Considerações finais

O enfrentamento da atual crise humanitária representa um dos maiores desafios do século 21, mas não apenas por impactar as bases do desenvolvimento econômico, social e político, com suas demandas de investimento financeiro e de programas capazes de garantir os direitos e a dignidade dos mais de 125 milhões de pessoas em busca de assistência humanitária. O desafio se configura, também, nos caminhos para a criação de uma sociedade-mundo, com a função de reformar o pensamento e o espírito - proposta de Morin e atualmente a mais compatível com a complexidade da crise.

O jornalismo científico ou ambiental, no contexto dessa reforma e nas experiências ainda tímidas de *media interventions*, poderá contribuir para desenvolver na sociedade a compreensão e a solidariedade humana. Por isso, é condição primária conhecer e acompanhar o ciclo de vida das informações disseminadas pela imprensa – base do modelo de CRM midiático.

É a partir da definição do que será notícia, amparada nos critérios de noticiabilidade do jornalismo de interesse público, passando pela escolha das fontes de informação, o protagonismo dos personagens, a ênfase na dimensão humana dos fatos, a escolha da editoria, até chegar na construção dos discursos hegemônicos nas suas narrativas, que o jornalismo começa a imprimir o papel que desempenhará no contexto desta crise e terá, ou não, o potencial para intervir em uma dada realidade.

Alguns aforismos remetem à ideia de que boa parte da imprensa mundial tem agido de forma voluntária para ampliar a crise humanitária. Distante dessa interpretação, com significados de um grande plano conspiratório, temos, na verdade, uma imprensa com dificuldades para lidar com a complexidade e a singularidade da crise e suas causas e consequências. A veiculação de reportagens com a reprodução de discursos que questionam os programas humanitários de países em desenvolvimento, como o Brasil, que têm outras urgências, por exemplo, pode fomentar a crise humanitária. Isso porque contribui para adiar a construção de uma solidariedade humana em escala planetária e dificulta a aceitação e a integração dos refugiados das guerras e do clima nos países que os acolhem.

Por outro lado, a presença de milhares de jornalistas na cobertura das últimas cúpulas e conferências da ONU sobre o assunto direciona este debate para outra fronteira, a da dificuldade da imprensa, fragmentada em suas editorias, como economia, negócios, mundo, política e ciência, de lidar com uma realidade complexa de fatos interligados.

Se não é uma tarefa simples conectar os impactos da guerra na Síria ou dos desastres no Nepal com a realidade do leitor, do ouvinte e do telespectador brasileiro, a conexão possível deve ser construída a partir da solidariedade humana planetária, culminando com uma esfera pública humanizada.

Como vimos, os protocolos internacionais são, de alguma maneira, um norte para o enfrentamento da crise humanitária, ainda que no nível dos gabinetes políticos e científicos. A disseminação e a popularização de suas diretrizes dependem do trabalho cotidiano da imprensa. No entanto, esses documentos representam um desafio para as narrativas jornalísticas, uma vez que a sua própria narrativa se confunde com a narrativa dos acontecimentos que determinaram a sua elaboração.

Conhecer as propostas presentes nos acordos, documentos e protocolos internacionais é um importante começo para a imprensa que pretende fazer uso de seu poder, seja o de ubiquidade, alcance e influência, nos moldes do *media interventions*, para mudar a realidade, neste caso, o sofrimentos de milhões de pessoas em busca de assistência humanitária, fugindo da guerra e dos impactos do clima.

A complexidade do problema, porém, exige que o jornalismo não só enfrente a complexidade das narrativas dos protocolos, como também adote novas abordagens que, por sua vez, já são um grande desafio para o modelo de jornalismo que ainda praticamos.

Mudar as abordagens significa sobrepor a dimensão humana dos fatos ao fato propriamente dito; desafiar o peso do agendamento dos acontecimentos quentes sobre aqueles mais frios, como o cotidiano dos refugiados e daqueles em busca de ajuda; humanizar os dados estatísticos sobre as populações atingidas por guerras e desastres, o que pode ser alcançado com a humanização do jornalismo como um todo, começando pelos próprios personagens das narrativas.

Conferir protagonismo aos que estão no centro desta crise humanitária torna-se um recurso indispensável para a construção de um opinião pública lúcida, pensante, atuante e sensível ao desenvolvimento da compreensão e da solidariedade em escala planetária.

Referências

- BARTHES, R. Introdução a análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- EINSIEDEL, S. et al. **Major Recent Trends in Violent Conflict**. United Nations University Centre for Policy Research. November, 2014. Disponível em: <http://aix1.uottawa.ca/~rparis/Einsiedel.pdf>. Acesso em: 5/6/2016.
- GREIMAS, A. J. Elementos para uma teoria da interpretação na narrativa mítica. In: BARTHES, R. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOWLEY, K. **Media Interventions**. United States: Peter Lang, 2013.
- MEDINA, C. **A Arte de Tecer o Presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.
- MORIN, E. **Rumo ao Abismo? Ensaio sobre o destino da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa – A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- TODOROV, T.; As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, R. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- UNITED NATIONS. General Assembly. **Seventieth session. One humanity: shared responsibility**. Report of the Secretary-General for the World Humanitarian Summit. 2 February, 2016. Disponível em: <https://consultations2.worldhumanitarian summit.org/bitcache/e49881ca33e3740b5f37162857cedc92c7c1e354?vid=569103&disposition=inline&op=view>. Acesso em: 5/6/2016.
- UNITED NATIONS, 2015a. **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030**. United Nations: 2015. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf. Acesso em: 1/6/2016.
- UNITED NATIONS, 2015b. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. United Nations: 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>. Acesso em: 1/6/2016.

UNITED NATIONS, 2015c. **Paris Agreement**. United Nations, 2015. Disponível em: http://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf. Acesso em: 1/6/2016.

VICTOR, C. Diálogo nos cenários de riscos de desastres. In. KÜNSCH, D.A. (ORG.). **Comunicação, Diálogo e Compreensão**. São Paulo: Plêiade, 2014. p. 179-191.
YONETANI, M. **Global estimates 2015: people displaced by disasters**. Geneva, Internal Displacement Monitoring Centre, July, 2015.